APRESENTAÇÃO

No momento em que o Estado do Rio de Janeiro concentra forças para superar desafios que implicam a construção de soluções administrativas urgentes, a Procuradoria Geral do Estado antecipa-se à sua obrigação e se voluntaria para, na linha de frente, prover o administrador das necessárias ferramentas jurídicas para defender o interesse estatal em juízo e controlar eficientemente a legalidade.

Alicerçada em mais de seis décadas de ininterrupta atuação, a Revista de Direito da Procuradoria Geral configura-se como um importante instrumento para a tarefa a que se destina, através da manifestação da produção intelectual dos integrantes da instituição. Cabe aqui ressaltar os diligentes esforços do Dr. Letácio Jansen no tempo em que permaneceu à frente da Coordenação Editorial da Revista, função que passa ser exercida pelo Dr. Victor Farjalla, que certamente a desempenhará com semelhante aplicação.

Habilidade técnica, espírito crítico, perícia argumentativa e visão inovadora estão entre as múltiplas qualidades reunidas nos textos dos colaboradores deste 75º volume, alguns dos quais dedicam-se a pensar os rumos da Advocacia de Estado. São eles: Alexandre Santos de Aragão, *A Legitimidade de Medidas Reparadoras de Conduta Criadas pela ANP*; Christiano de Oliveira Taveira, *Dignidade da Pessoa Humana e os Limites à Liberdade de Informação*; Fabricio Dantas Leite, *Regulação Não Cooperativa: O Modelo Regulatório Administrativo em Ambiente de Crise Federativa*; Flávio de Araújo Willeman, *Subjetividades Públicas na Base de Cálculo do Percentual Mínimo Orçamentário a ser aplicado pelos Estados na Saúde Pública: Análise dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012*; João Paulo Melo do Nascimento, *Tipicidade Aberta no Planejamento Tributário*; Letácio Jansen, *Delineando uma História do Pensamento Monetário*; Luis Marcelo Marques do Nascimento, *A Multiparentalidade: Importância e Necessidade Social à Luz dos Princípios Constitucionais e suas Repercussões no Sistema Previdenciário Estadual*; Ricardo Levy Sadicoff, *Renegociando com Shylock em o Mercador de Veneza (Renegotiating with Shylock in the Merchant of Venice)*; Sérgio Luiz Barbosa Neves, *Democracia dos Não Eleitos: Uma Proposta Possível à Revisão do Princípio da Separação de Poderes?*; Tânia de Sousa Elias, *O Acesso à Justiça e os Métodos Adequados de Resolução de Conflitos pela Administração Pública*; Vanessa Huckleberry Portella Siqueira, *As Implicações Oriundas do Translado do Princípio da Solidariedade para o Domínio da Fiscalidade*; Danieli Ramos Coelho e Renan de Brito Oliveira, *Técnicas de julgamento do IRDR. Causa-piloto x procedimento modelo. Casuismos repetitivos x demandas repetitivas. Fatores de preponderância das técnicas*; Diogo dos Santos Baptista, *A Ideologia do Estado Novo no Regime Expropriatório e a Constituição de 1988*;

Gabriela Vieira Leonardos, *A Inaplicabilidade do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica aos Redirecionamentos na Execução Fiscal de Crédito Tributário*; Neyllon Rangel de Souza, *Novo Constitucionalismo Sul-americano e Jurisdição Constitucional: Análise do Paradigma Plurinacional da Bolívia* (os quatro últimos retirados da seção “Doutrina Acadêmica”).

Pela excelência com que suscita e discute temas pertinentes ao mais amplo debate jurídico no âmbito da advocacia pública, demonstrada nos artigos, peças processuais e pareceres, a presente edição revela uma enorme contribuição às questões de maior interesse para o Estado do Rio de Janeiro.

Marcelo Lopes da Silva

Procurador-Geral do Estado